mação Militar (LPM), aprovada pela Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio, do n.º 1 e da alínea o) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos e dos artigos 44.º e 46.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, determino o seguinte:

1 — Autorizo o procedimento de formação contratual a realizar através da NATO Support Procurement Agency (NSPA), tendo em vista a aquisição de Munições, conforme quantidades e tipos identificados na lista constante da proposta de procedimento B0012/2017, de 10 de abril de 2017, apresentada pelo Exército, e a correspondente despesa até ao montante máximo de 8.000.000,00 € (oito milhões de euros), com IVA incluído, se aplicável.

2 — Os encargos resultantes da aquisição referida no número anterior são satisfeitos por verbas inscritas na Lei de Programação Militar, na Capacidade Reservas de Guerra, não podendo exceder, em cada ano económico, os seguintes montantes, com IVA incluído:

- a) 2017 — 2.000.000,00€
- b) 2018 — 2.861.000,00€
- c) 2019 — 1.139.000,00€
- d) 2020 — 2.000.000,00€

3 — O montante fixado no número anterior para cada ano económico é acrescido do saldo apurado na execução orçamental do ano anterior, nos termos do n.º 4 do artigo 7.º da Lei de Programação Militar.

4 — Delego no Chefe do Estado-Maior do Exército, General Frederico José Rovisco Duarte, com faculdade de subdelegação, a competência para outorgar em representação do Estado Português, o “Sales Agreement” que titulará as condições técnicas e financeiras da prestação de serviços de “procurement” pela NSPA com vista ao fornecimento

das munições objeto do contrato, bem como a prática dos demais atos necessários à condução do procedimento até à sua conclusão.

5 — O Exército deve inserir no Sistema de Gestão de Projetos os dados relativos ao contrato, uma vez concluído o procedimento aquisitivo pela NSPA.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

14 de julho de 2017. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

310698751

Despacho n.º 7691/2017

Através do Despacho n.º 6707/2009, de 3 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 3 de março de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, foi criada a Missão de Acompanhamento e Fiscalização (MAF), relativa ao Contrato de Prestação de Serviços Logísticos Associados de Manutenção (FISS — Full In Support Service) das Aeronaves de Transporte Tático e Vigilância Marítima para a Força Aérea, e nomeados os respetivos membros.

Através do meu Despacho n.º 11962/2016, de 19 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 7 de outubro de 2016, foi alterada a constituição da referida MAF. Contudo, na sequência do natural desenvolvimento das respetivas carreiras e de outras funções entretanto assumidas, verifica-se novamente a necessidade de substituir alguns membros da referida Missão.

Assim, considerando a proposta da Força Aérea e da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, ao abrigo do n.º 2 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, e do n.º 1 do artigo 2.º da Lei de Programação Militar (LPM), aprovada pela Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio, a MAF FISS das Aeronaves de Transporte Tático e Vigilância Marítima para a Força Aérea, passa a ter a seguinte constituição:

Posto	Nome	Cargo
MGEM/ENGEL	José Manuel dos Santos Vicêncio	Presidente
TCOR/ENGAER	João Rui Ramos Nogueira	Gestor de Programa
TCOR/ADMAER	António Manuel Lima Vaz Fernandes Cravo	Coordenador Financeiro
TCOR/JUR	Nuno Alberto Rodrigues Dias Costa	Assessor Jurídico
MAJ/PILAV	Marco Paulo Martinho Fernandes Carvalho	Coordenador Operacional
TEM/ENGAER	João Carlos dos Santos Campos	Coordenador Logístico
CAP/ENGEL	Fernando Miguel da Costa Sequeira Leitão	Representante da DGRDN
Dr.	Pedro Miguel Vaz e Silva Gonçalves da Costa	Representante da DEFAERLOC

O presente despacho produz efeitos desde o dia 7 de julho de 2017.

21 de julho de 2017. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

310699659

Despacho n.º 7692/2017

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 24.º da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, sob proposta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, depois de ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, determino nomear para o cargo de Chefe de Informações e Segurança Militares o Coronel Piloto Aviador António Carlos da Costa Nascimento, habilitado com o Curso de Promoção a Oficial General, com produção de efeitos à data da tomada de posse, cessando na mesma data o exercício de funções em suplência pelo Coronel de Infantaria Artur José Lima Castanha.

3 de agosto de 2017. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

310699634

Autoridade Marítima Nacional

Direção-Geral da Autoridade Marítima

Aviso n.º 10075/2017

Nos termos da alínea g), do n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, na sua atual redação, conjugada com as competências conferidas pelo artigo 45.º do Decreto n.º 8/2008, de 9 de

abril, faz-se público que o Edital n.º 20/2017 da Capitania do Porto de Caminha, de 3 de agosto, respeitante às condições do exercício da atividade da pesca no Troço Internacional do Rio Minho, para 2017/2018, se encontra disponível para consulta em www.amn.pt/DGAM/Capitanias/caminha/Paginas/capitania-do-porto-de-caminha.aspx, assim como em local visível e público, nas instalações desta Capitania, sita no Largo Pero Vaz, n.º 2, 4910-167, em Caminha.

3 de agosto de 2017. — O Capitão do Porto de Caminha, *Pedro Miguel Cervaens*, Capitão-tenente.

310701763

Estado-Maior-General das Forças Armadas

Instituto Universitário Militar

Aviso n.º 10076/2017

Candidatura ao Mestrado em Ciências Militares — Segurança e Defesa (2.º Ciclo)

Ano Letivo — 2017/2018

Fase de candidatura — Candidatura para elaboração da Dissertação

O Grau de Mestre em Ciências Militares — Segurança e defesa atribuído pelo Instituto Universitário Militar é conferido a todos os alunos que tenham concluído a totalidade das unidades curriculares do plano de estudos e obtenham aproveitamento nas provas públicas de defesa da dissertação. O curso compreende uma duração de quatro semestres, em